



PARTE D

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Declaração de retificação n.º 268/2016

Para os devidos efeitos, declara-se que o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 97/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 25 de fevereiro de 2016, a p. 6612, foi publicado com erro no nome do Conselheiro relator. Assim, após a data, onde se lê «*Lino Rodrigues Ribeiro*» deve ler-se «*Teles Pereira*».

2 de março de 2016. — A Diretora do Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica, *Margarida Menéres Pimentel*.

209402118

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Deliberação (extrato) n.º 419/2016

Por deliberação do Plenário Ordinário do Conselho Superior da Magistratura, de 02 de fevereiro de 2016, foi renovada a comissão de serviço do Exmo. Senhor Inspetor Judicial Auxiliar, Dr. António José dos Santos Oliveira Abreu, por mais um ano, a tempo parcial e com redução de serviço de 75 % no Tribunal da Relação do Porto.

3 de março de 2016. — O Juiz-Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

209409344

Deliberação (extrato) n.º 420/2016

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, de 02 de fevereiro de 2016, foi renovada a comissão de serviço como assessor no Supremo Tribunal de Justiça, por mais um ano, do Exmo. juiz de direito: Dr. Nuno Miguel Correia Raposo.

3 de março de 2016. — O Juiz-Secretário CSM, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

209409409

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Despacho n.º 3659/2016

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º e no n.º 1 do artigo 15.º, aplicável por força do n.º 2 do artigo 24.º, da Lei n.º 101/2003, de 15 de novembro, renovo, por igual período, a nomeação, em comissão de serviço, do MAJ/JUR João Manuel Dias Moreira para exercer as funções de Assessor Militar da Força Aérea no Núcleo de Assessoria Militar do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa.

As referidas funções serão exercidas em regime de acumulação, mantendo-se o entendimento expresso no Despacho n.º 1768/2006 (cf. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2006).

O presente despacho produz efeitos a 25 de janeiro de 2016.

29 de fevereiro de 2016. — A Procuradora-Geral da República, *Joana Marques Vidal*.

209410648

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extrato) n.º 421/2016

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 1 de março de 2016, foram renovadas as comissões de serviço, por mais 3 anos, aos seguintes magistrados do Ministério Público:

Licenciado Vinício Augusto Pereira Ribeiro — Procurador-Geral Adjunto Coordenador no Tribunal da Relação de Guimarães, com efeitos a partir de 03/03/2016;

Licenciada Maria Cândida Guimarães Pinto de Almeida — Procuradora-Geral Adjunta no Supremo Tribunal de Justiça, com efeitos a partir de 11/03/2016;

Licenciado Amadeu Francisco Ribeiro Guerra — Diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, com efeitos a partir de 11/03/2016.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

3 de março de 2016. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

209407335



PARTE E

COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Deliberação n.º 422/2016

Delegação de poderes

O Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deliberou, em reunião de 26 de fevereiro de 2016, delegar, nos termos do artigo 44.º do Decreto -Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto -Lei n.º 5/2015, de 7 de janeiro, no Sr. Dr. Fernando Teixeira Pinto, Diretor do Departamento de Supervisão de Auditoria, todos os poderes necessários para a prática dos

atos de averbamentos e demais alterações ao registo de entidades de auditoria de outros Estados membros, auditores e entidades de auditoria de países terceiros junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e emissão das respetivas certidões, para os quais a CMVM seja competente nos termos do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, com efeitos a 1 de janeiro de 2016, nos termos do disposto no artigo 156.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

7 de março de 2016. — A Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Gabriela Figueiredo Dias*. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria dos Anjos Capote*.

209419412